

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

A construção e o ideal de brasilidade. Identidade, cultura e sociedade e no Brasil dos anos 30 .

Nara Maria Carlos de Santana.

Cita:

Nara Maria Carlos de Santana (2009). *A construção e o ideal de brasilidade. Identidade, cultura e sociedade e no Brasil dos anos 30. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/456>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

A construção e o ideal de brasilidade

Identidade, cultura e sociedade no Brasil dos anos 30

Nara Maria Carlos de Santana

Doutora em História Política e Social das Idéias

Professora de História da graduação de Tecnólogo em Gestão de Turismo

Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET RJ – Unidade Petrópolis.

naramcs@gmail.com

O Século XIX e o debate sobre a Identidade Brasileira

A preocupação com a identidade nacional e a nação iniciada com o despertar do século XIX, traz ao Brasil um problema a ser solucionado: encontrar critérios de distinção capazes de corresponder às expectativas da civilização alcançada pelo paradigma revolucionário Francês. Neste contexto, o momento e as peculiaridades históricas da sociedade brasileira, bem como de toda a América Latina, conduz o país a uma série de propostas que serão levadas a cabo durante o XIX e no começo do século XX e que estavam presentes nos debates políticos e intelectuais.

A Proclamação da República em 1889, por sua vez, produziu algumas mudanças muito tímidas, principalmente no que diz respeito ao acesso à participação e à cidadania. Assim, estes dois grandes eventos do final do século XIX legaram ao país do século XX um problema central a *intelligentsia* brasileira: resolver a questão da identidade nacional diante do problema racial.

Nas três últimas décadas do século XIX, as teorias das desigualdades raciais que foram difundidas no Brasil, junto com as idéias naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, influenciaram o pensamento brasileiro e as questões sociais do país fundamentaram-se a partir de concepções européias. Assim como a teoria das desigualdades raciais apontava para o problema racial, o determinismo geográfico apontava para a influência do meio como responsável para a adequação do homem ao trabalho e à civilização. Ainda neste século, a discussão sobre identidade nacional se constituiu a partir da discussão da questão racial.

A propagação de tais teorias servia não só para legitimar a concepção de superioridade racial européia bem como para justificar um novo imperialismo, percebido por alguns pensadores brasileiros como Arapipe Jr. e Manuel Bonfim e tornando-se objeto de polêmica de Sílvio Romero, um dos grandes defensores do caráter científico das teorias racistas.¹ Num país que já se reconhecia como mestiço desde meados do século XIX, admitir a relevância destas teorias científicas merecia um tratamento especial e a tentativa de dirimir o que fora considerado um problema racial e que gerou expectativas e polêmicas.

Os precursores das ciências sociais no país, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha, retomaram a discussão e apontaram para uma superação do pensamento romântico de meados do século XIX, utilizando como base a produção teórica da época: o positivismo de Comte, o darwinismo social e o evolucionismo de Spencer.² O apelo à base científica, no entanto, não serviu para diminuir as tensões nem para minimizar os papéis raciais na sociedade brasileira, mas apenas para tentar superar as barreiras impostas pela limitação racial e descobrir uma fórmula de caminhar rumo à ordem e ao progresso. As teorias científicas eram claras. Postulavam a evolução do “simples” (povos primitivos) para o “complexo” (sociedades ocidentais), o que, em outras palavras, significava que os europeus, por serem mais evoluídos científica e tecnologicamente, resultado da sua superioridade racial, deveriam ser os condutores da humanidade rumo ao progresso, à ordem e à ciência.

A compreensão da natureza, dos acidentes geográficos, esclarecia, assim, os próprios fenômenos econômicos e políticos do país. Chegava-se, desta forma, a considerar o

¹ O cidadão era o elemento ausente da vida política, considerado como suporte e legitimador das elites oligárquicas, onde o “coronel” era o personagem principal.

² SKIDMKORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1976, p.13

meio como principal fator que teria influenciado a legislação industrial e o sistema de impostos, ou ainda que teria sido elemento determinante na criação de uma economia escravagista. Combinada aos efeitos da raça, a interpretação se completa. A neurastenia do mulato do litoral se contrapõe, assim, à rigidez do mestiço do interior (Euclides da Cunha); a apatia do mameluco amazonense revela os traços de um clima tropical que o tornaria incapaz de atos previdente e racional (Nina Rodrigues).³

Os pensadores brasileiros que se dedicavam ao debate da identidade, minorizaram a responsabilidade do clima, mas mantiveram a questão racial no foco central do problema. A diferença entre o pensamento romântico e este último é que o primeiro construiu a identidade nacional não levando em consideração a presença do negro. Estes cientistas, contudo, dentro da perspectiva pós-abolicionista de Sílvio Romero, tiveram que reavaliar a participação do negro na sociedade, graças ainda ao advento da abolição e a sua transformação em trabalhador livre, parte da vida social e econômica brasileira.

Enquanto Romero se voltava para a contribuição dos povos e raças à formação do folclore e da literatura, Nina Rodrigues procurou delimitar um objeto, o negro ou africano, de modo a constituir uma disciplina que tratasse de sua presença no Brasil: a etnologia afro-brasileira. O médico e etnólogo baiano Nina Rodrigues foi professor de Medicina Legal na Faculdade de Medicina da Bahia de 1891 a 1906 e escreveu obras como *O animismo fetichista dos negros baianos* (1896) e *Os africanos no Brasil* (1932). O interesse pela raça negra, que dominava o país em razão da campanha abolicionista, não deveria impedir a ciência de abordar, de forma livre e imparcial, a questão étnica. Apesar da “viva simpatia” que o negro brasileiro lhe inspira, proclama a “evidência científica” da sua inferioridade – evidência que, em sua opinião, nada teria em comum com a “revoltante exploração” realizada pelos escravistas.⁴

A identidade nacional desponta, portanto, de uma idéia de inferioridade. A inferioridade racial consubstanciada na figura do mestiço, e o ideal nacional apontam não para o passado, como a construção da identidade nacional dos povos europeus, mas para o futuro, para o ideal de branqueamento da sociedade brasileira, que nada mais é do que uma teoria da mestiçagem.⁵

³ VENTURA, Roberto. **O estilo tropical**. São Paulo: Cia. Das Letras, 1991, p.13.

⁴ VENTURA, 1991, p.13.

⁵ ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.21.

A idéia de uma sociedade racialmente harmônica entra em conflito e está evidentemente em contradição com o ideal de branqueamento, ao mesmo tempo em que justifica e viabiliza este projeto. Porém, podemos concluir que a concepção de sociedade racialmente harmônica surge da comparação imediata com a sociedade americana, em que a mestiçagem e as relações inter-raciais sofriam e ainda hoje sofrem com uma discriminação mais violenta, ao passo que no Brasil estas relações eram mais realidade do que absurdo.

Exatamente por essa possibilidade de relações inter-raciais “harmônicas”, o ideal do branqueamento é cogitado e explicado como solução tanto para a homogeneização da “raça brasileira”, como para o aprimoramento desta. Ao mesmo tempo, estes planos não excluíam a importância do elemento negro para adaptação sócio-climática – outro aspecto do determinismo – do elemento branco.

No final do século XIX, em 1889 a proclamação da República trouxe a esperança na execução de idéias republicanas que não foram realizadas. Politicamente, os grandes latifundiários continuaram dominando a política. Socialmente, a divisão continuava presente e a falta de oportunidade e a predominância de modelos europeus prevaleciam. Mas, movimentos de contestação como o tenentismo, a Semana de Arte Moderna, o sindicalismo, a fundação do PCB já delineavam as mudanças que estavam por vir. As preocupações com a participação política, com a valorização da identidade brasileira e com o avanço das questões sociais apontavam para necessidade de mudanças no país e que viraram centro da política nacional a partir da década de 30.

Os anos 30 e a construção da brasilidade

A proposta de construção do Estado Nacional no Brasil pretendeu acabar com a descentralização do poder e concretizar um projeto de uniformização e consolidação de uma identidade nacional por meio de uma ditadura. Vários aspectos caracterizaram esse período: a valorização da figura do líder, a participação de intelectuais, o ataque às chamadas “ideologias alienígenas” e a preocupação com a fixação da língua e da cultura. Por outro lado, o Estado corporativista apresentou-se como instrumento para dissolver as disputas entre o capital e o trabalho, criando um Estado forte para controlar toda a economia nacional. O projeto nacional de Getúlio Vargas privilegiou dois momentos na construção do Estado Nacional, a viabilização de uma nação moderna, pela via da industrialização, e o acesso à cidadania por meio do trabalho.

No começo do século XX, o Brasil tinha uma economia não industrializada, que enfrentou a crise do liberalismo internacional. Além disso, compartilhava do medo ao comunismo e, por isso mesmo,

preferiu adotar a nova concepção econômica nacional – a da intervenção do Estado na economia – atrelando seu projeto individual à concepção europeia de nação moderna. Tais teorias sustentam que a nação e o nacionalismo são fenômenos modernos, resultados das revoluções do século XVIII. Eric Hobsbawm, um dos autores que trabalham com a concepção de modernidade das nações, ressalta que o sentido de “Estado-nação” apresentado antes da 1ª Grande Guerra estava comumente relacionado com a idéia de que esta deveria ser “una e indivisa”.⁶

Para definir essa nação como uma “unidade política e nacional congruente”, o regime de Vargas, segundo Lúcia Lippi, sustentou-se em três eixos principais que marcaram o pensamento dos anos 30 e se fizeram igualmente presentes na doutrina do Estado Novo: o elitismo, o conservadorismo e o autoritarismo.⁷ Segundo os ideólogos do Estado Novo, Francisco Campos e Azevedo Amaral, somente uma elite intelectual seria capaz de interpretar os sentimentos e os interesses do povo e, ao mesmo tempo, discipliná-lo. No pensamento “estadonovista”, a elite aliada ao chefe da Nação seria o elemento propulsor da ordem que se pretendia estabelecer e que aparece em contraposição à desordem instalada no País com a República Velha, a difusão das idéias comunistas, os mitos defendidos pelo liberalismo democrático de sufrágio universal, as liberdades políticas e o pluripartidarismo. A eliminação do caos precisava de um líder e das elites para a formulação de um estado de ordem. A ordem era uma das facetas do conservadorismo que se instalou no País com o golpe de Vargas, que tinha também a tradição e a hierarquia como pontos desse projeto. Na visão dos ideólogos, o conceito de democracia também passou a ser atrelado a uma organização hierárquica da sociedade. Campos e Amaral concordavam que o espírito da ordem possui uma natureza de caráter não somente psicológico como fisiológico – características comuns às correntes de pensamento do final do século XIX. Esse pensamento fez com que Azevedo Amaral classificasse o homem em duas categorias: os que não conseguem se manifestar na ordem e os que possuem o instinto da ordem mais desenvolvido.⁸

O Estado Nacional, projetado pelo Governo do Estado Novo e liderado por Getúlio Vargas, foi formulado a partir de princípios gerais que nortearam parte dos Estados Nacionais e que foram formados desde o final do século XIX. O Estado Novo, identificado com o projeto de promover a unidade da nação, não permitiu as atividades políticas de grupos que se contrapunham à ordem estabelecida pelo projeto do Estado Nacional. A unidade nacional necessitava de homogeneidade e

⁶ HOBBSAWM, Eric. **Nações e nacionalismo**: desde 1870. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991, p.31.

⁷ LIPPI et al. **O Estado Novo**: ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1982, p. 15.

⁸ AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas**: estadista. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Ed., 1941, p. 49.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p.. 221.

de uniformidade. Para realizar essa unidade, os agrupamentos políticos – formação de partidos políticos, agremiações e associações – foram proibidos. O Estado Novo dispensou os mecanismos liberais de legitimação no poder, como voto e plebiscito, mas criou uma máquina de propaganda, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dois anos após o golpe de outubro de 1937.

O Estado Brasileiro da década de 30 era, segundo seus ideólogos, um Estado intervencionista, antiliberal e promotor da justiça social, que deveria proteger o homem contra a fome e a miséria por meio trabalho. A interpretação estadonovista do fracasso liberal reconhecia em si a tarefa de “[...] enfrentar este estado constante de necessidade em que vivia o povo brasileiro, estado desumanizado que identificava o trabalho como um apanágio da pobreza [...]” e mais, fazer com que o trabalho fosse valorizado na sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, por identificar uma permanência da injustiça social e da necessidade de combatê-la, o Estado Novo transformou a questão social, ignorada durante a Primeira República, na viga mestra do projeto estadonovista, sob a denominação de democracia social.

A intervenção autoritária do Poder Público na sociedade tinha como função proteger o povo, considerado “incapaz” – visto que a capacidade político-administrativa era para uns poucos escolhidos – de suprir suas necessidades básicas sem a intervenção do Estado. Por exemplo, a tutela do Estado sobre a organização sindical era exercida para evitar os conflitos – que não deveriam existir na Nação – e a liberdade de expressão. Mais ainda, o Estado visava a impedir a utilização de mecanismos de luta e contestação, como: greves e alianças entre sindicatos e centrais operárias autônomas. Para isso, além do Ministério do Trabalho, mais três instituições garantiram a tutela exercida pelo Estado sobre a organização do trabalhador: o sindicato único, que detinha o monopólio da representação trabalhista, a Justiça do Trabalho e o imposto sindical.⁹ Além dessas características, o projeto nacional para conceber a nação como “[...] unidades políticas claras, sistemática e orgulhosamente diferenciadas entre si pela cultura [...]” destacou a necessidade da assimilação e da miscigenação como formas de se chegar à unidade e ao progresso e de valorizar o homem nacional.

O Estado Novo concebeu uma política nacionalizadora preocupada com o problema das minorias étnicas, lingüísticas e culturais que haviam se instalado no Brasil, desde o século XIX. Como a maioria das nações modernas, o projeto nacional estadonovista pensou o Brasil em termos de uma “unidade política e cultural congruente”, além de entender que a Nação tem como função mediar e

⁹ COHEN, Ester. **O Partido Nazista no Brasil**. 1988. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1988, p. 73/74.

reduzir o conflito e a tensão na sociedade. Uma das principais propostas do Estado Novo era a formação de uma “raça homogênea” e um “povo integral”, visando à uniformização do homem brasileiro para a realização do progresso material e moral do País. Por conta dessa proposta, o Governo de Vargas elaborou uma política de proteção à família, ao trabalho e à pátria, por meio da educação e do controle da imigração. Outra medida foi um projeto contra a entrada de estrangeiros a fim de promover o abasileiramento dos núcleos de colonização. Por isso, o Estado Novo tentou dar continuidade a uma política de interação racial e assimilação cultural feita pelo Governo pela legislação e da repressão.

Considerações Finais

A construção do nacionalismo brasileiro do período Vargas, que destacou a necessidade da assimilação e da interação como formas de se chegar à unidade e ao progresso, foi resultado de um regime autoritário que se utilizou da repressão e da perseguição política para forjar o Estado Nacional.

Como vimos, o Estado Novo havia concebido um Estado Nacional preocupado com o problema das minorias étnicas, lingüísticas, culturais e com o trabalhador nacional. Tal problema foi causado em parte pela insatisfação dos intelectuais nacionais com a definição de nossa identidade e também pela presença de imigrantes de diversas nacionalidades que viviam isoladamente da sociedade brasileira, mantendo sua cultura e sua língua. Como a nação pretendida seguia o modelo burguês e tendo como principal característica a manutenção de sua “unidade política e cultural congruente” era necessário que os grupos de imigrantes também compartilhassem desse objetivo, pois

Assim considerada, a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política. Pois, fosse o que fosse uma nação, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa.¹⁰

O Estado Novo desempenhou o papel de promover o “artefato” que é a “comunidade imaginada”. Percebemos que alguns valores construídos naquele período, tais como: a idéia de “democracia racial” e elementos culturais, permanecem como princípios definidores da brasilidade. Contudo, se a valorização do povo brasileiro conseguiu, por um lado, criar o mito da democracia racial, por outro, as

¹⁰ HOBBSAWM, 1991, p. 31.

coisas continuam como antes de Getúlio. Basta olharmos na mídia e veremos que a idéia do branqueamento permanece. Alguns estrangeiros são considerados superiores, mas ainda somos considerados um “povo pacífico, receptivo e alegre”. Por isso, é bom lembrarmos que, para realizar este projeto de nação, o Governo de Vargas utilizou-se da repressão e da perseguição política. O atual momento nos impõe a necessidade de revermos o conceito de identidade, principalmente diante da globalização, e percebermos que este é um fenômeno que está em constante mudança.

Referências

- AMARAL, Azevedo. **Getúlio Vargas: estadista**. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti Ed., 1941.
- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ed. Ática, 1983.
- CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico**. 3 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.
- COHEN, Ester. **O partido nazista no Brasil**. Dissertação (Mestrado em História Universidade Federal Fluminense). Niterói, 1988.
- GELLNER, Ernest. **Nações e nacionalismo**. Lisboa: Gradiva, 1983.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- HOBSBAWM, Eric. **Nações e nacionalismo: desde 1870**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1991.
- LINHARES, Maria Yeda (Coord.) et al. **História Geral do Brasil: da colonização portuguesa à modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- LIPPI, et al. **O Estado Novo: ideologia e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, Ed. 1982.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SANTANA, Nara Maria Carlos de. **Associações Nazistas no Brasil (1938-1939)**. 1999. Dissertação (Mestrado em História Política e Social das Idéias) Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1999.
- SCWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia pangermanista e o grupo teuto brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí**. 1976. Tese (Doutorado em História) - Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra. 1976.
- STEINFUS, Ricardo. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942**. São Paulo: Ed. Nacional, 1985.
- VENTURA, Roberto. **O estilo tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.